

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **SECÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Artigo 1.º**

##### **Objeto do concurso**

O presente procedimento, com o número **FAP CP DAT/RTVEA 5025001144**, tem por objeto a **prestação de serviços de transporte de viaturas particulares do pessoal da Força Aérea entre o Continente e Ilhas e vice-versa, de abril de 2025 até março de 2026**, incluído no Código 60600000-4 do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), com as características indicadas nas Cláusulas Jurídicas e Técnicas do Caderno de Encargos.

##### **Artigo 2.º**

##### **Entidade pública contratante**

1. A entidade pública contratante é o **Ministério da Defesa Nacional – Força Aérea – Comando da Logística da Força Aérea – Direção de Abastecimento e Transportes – Edifício A, 4.º Piso, sita na Avenida da Força Aérea Portuguesa, N.º 1, Alfragide, 2614-506 AMADORA, PORTUGAL**; Telefone: 351-214723653; Fax: +351-214723775; e e-mail: **CLAF\_AQUISICOES@emfa.pt**.
2. A entidade competente para a decisão é o Diretor da Direção de Abastecimento e Transportes, no exercício das competências que lhe estão subdelegadas pelo Comandante da Logística da Força Aérea, através do Despacho n.º 13076/2024, de 11 de outubro de 2024, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 06 de novembro de 2024.

**Artigo 3.º**  
**Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas as entidades, nacionais ou estrangeiras, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes.
3. *Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.*
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a ENTIDADE ADJUDICANTE, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
6. No caso de entidades estrangeiras, de acordo com as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, é concorrente a entidade que subscreve a declaração pela qual manifesta a sua vontade de contratar, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa, independentemente da entidade inscrita na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

**Artigo 4.º**  
**Critério de Adjudicação**

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, **na modalidade monofator**, considerando-se mais vantajosa a proposta que apresentar o melhor preço, nos termos do n.º 3 do presente artigo, no qual são considerados por ordem decrescente de importância, os seguintes fatores:
  - a. **1.º:** O mais baixo preço final ponderado do transporte – 95% (noventa e cinco por cento);
  - b. **2.º:** A mais baixa Taxa de Seguro – 5% (cinco por cento).

2. O cálculo do preço final ponderado do transporte é obtido pela soma dos somatórios parciais, dos valores cotados multiplicados pela ponderação atribuída em percentagem, na tabela em Anexo I ao Caderno de Encargos, para cada percurso e cada viatura, em função da relevância dos mesmos de acordo com a tabela de trajetos.
3. O **Melhor-Preço (M-P)** é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{M-P} = (\text{Preço Final Ponderado} \times 0,95) + (\text{Taxa de Seguro} \times 50.000 \times 0,05)$$

4. A Taxa de Seguro proposta deverá ter valores compreendidos entre 0% (zero por cento) e 0,15% (zero vírgula quinze por cento), sendo que um valor acima de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) implicará a rejeição da proposta.
5. Em caso de empate das propostas apresentadas, será utilizado como critério de desempate o mais baixo preço final ponderado do transporte.

### **Artigo 5.º**

#### **Preço Base**

O preço base do presente procedimento é de **32.520,33 €** (trinta e dois mil, quinhentos e vinte euros e trinta e três cêntimos).

## **SECÇÃO II**

### **PROPOSTAS**

### **Artigo 6.º**

#### **Apresentação de propostas**

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados **até às 23h00m00s (vinte e três horas) do 9.º (nono) dia**, a contar da data de envio para publicação do anúncio relativo ao presente procedimento.
2. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em **<https://www.acingov.pt>**, e

assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

3. O pedido fundamentado, de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado no n.º 1 para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
5. Os concorrentes deverão ter em atenção o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como da respetiva assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que apenas serão admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até ao termo do prazo referido no n.º 1 do presente artigo.

### **Artigo 7.º**

#### **Esclarecimentos**

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, até às 17h00m00s (dezassete horas) do último dia do primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
2. Os pedidos devem ser solicitados, por escrito, ao Júri, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em **<https://www.acingov.pt>**.
3. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo Júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
4. Os esclarecimentos serão disponibilizados na plataforma eletrónica da Entidade Adjudicante (**<https://www.acingov.pt>**) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, passando a fazer parte integrante delas e a prevalecer sobre estas em caso de dúvida.
5. Todos os interessados que tenham obtido as peças do procedimento serão imediatamente notificados dos esclarecimentos prestados, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em **<https://www.acingov.pt>**.

## **Artigo 8.º**

### **Proposta**

1. A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:
  - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa;
  - b. Lista de preços unitários para transporte de viatura para cada trajeto, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Caderno de Encargos;
  - c. Declaração indicativa da Taxa de Seguro a considerar, que deverá ser para o montante máximo de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), relativo ao valor da viatura a transportar.
2. Apenas serão aceites as propostas que indiquem a Taxa de Seguro e que apresentem valores para a totalidade dos trajetos, definidos na tabela do **Anexo I** ao Caderno de Encargos.
3. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
4. Nas propostas em que o espécimen monetário usado for diferente do Euro, o valor da proposta será o que resultar da conversão do espécimen monetário em questão em Euros na cotação em vigor à data da elaboração da lista de concorrentes, sendo o contrato efetuado em Euros.
5. Nos casos em que incida IVA sobre o serviço a efetuar, na proposta deve ser mencionado expressamente que ao preço apresentado acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
6. Para os casos em que o serviço esteja isento de IVA, deverá ser igualmente mencionado na proposta a isenção do IVA, devendo ser indicada a respetiva legislação.
7. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 120 (cento e vinte) dias contados da data limite para a sua entrega.
8. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
9. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

10. Os documentos de carácter técnico poderão ser submetidos à apreciação em Português ou Inglês.

11. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de Cláusulas do Caderno de Encargos.

### **Artigo 9.º**

#### **Propostas variantes**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do presente procedimento, proposta variante é aquela que, relativamente a um ou a mais aspetos do contrato a celebrar correspondentes a fatores ou subfatores de densificação do critério de adjudicação, apresenta alternativas em relação à proposta base, a qual é sempre obrigatória.

## **SECÇÃO III**

### **LISTA DE CONCORRENTES**

### **Artigo 10.º**

#### **Lista de concorrentes**

1. O Júri, no dia útil imediato à data limite para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em <https://www.acingov.pt>.
2. Por motivo justificado, pode a publicitação da lista de concorrentes realizar-se dentro dos 5 (cinco) dias subsequentes ao indicado no número anterior, em data a determinar pela entidade competente para a decisão de contratar.
3. A eventual alteração da data de publicitação da lista de concorrentes é imediatamente comunicada aos interessados que tenham obtido as peças do procedimento e a estas será junta cópia da decisão.
4. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes podem reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista a que se refere o n.º

1, devendo, para o efeito, apresentar documento comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

### **Artigo 11.º**

#### **Consulta das propostas apresentadas**

Os concorrentes incluídos na lista de concorrentes podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em <https://www.acingov.pt>.

## **SECÇÃO IV**

### **ADJUDICAÇÃO**

### **Artigo 12.º**

#### **Escolha do Adjudicatário**

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para autorizar a despesa, com base num relatório fundamentado elaborado pelo Júri e de acordo com o critério indicado no artigo 4.º do presente Programa do Procedimento, escolhe o Adjudicatário.

## **SECÇÃO V**

### **HABILITAÇÃO**

### **Artigo 13.º**

#### **Documentos de Habilitação**

1. O Adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação de adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** a este Programa de Procedimento;
  - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - c. Certidão Permanente de Registos.
2. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica de contratos públicos, <https://www.acingov.pt> e assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
3. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos, sítio e documentos dele constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Sempre que se detete uma irregularidade nos documentos apresentados que possa determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para a supressão dessas irregularidades, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias.
5. Nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, o prazo fixado no n.º 1 deste artigo pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, mediante solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar.

### **Artigo 14.º**

#### **Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação dentro do prazo e nos termos do artigo 13.º.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verifiquem por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões



invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

3. Nos casos previstos nos números anteriores, a Entidade Adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

## **SECÇÃO VI**

### **CONTRATO**

#### **Artigo 15.º**

##### **Aceitação da minuta do contrato**

A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao Adjudicatário, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 16.º**

##### **Reclamações contra a minuta**

1. São admissíveis reclamações contra a minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo Adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

#### **Artigo 17.º**

##### **Celebração de contrato escrito**

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a. Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
  - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c. Confirmados os compromissos.
2. O disposto na alínea a. do número anterior não é aplicável quando:
  - a. Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia;
  - b. Só tenha sido apresentada uma proposta.
3. A entidade pública contratante comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.

## **SECÇÃO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 18.º**

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atualmente em vigor.

#### **Artigo 19.º**

##### **Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

Caso os interessados tenham dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos manuais técnicos ou dos contactos disponibilizados para esse efeito em <https://www.acingov.pt>.

## **ANEXO I**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

**(Alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)**

1. ... **(nome, número de documento de identificação e morada)**, na qualidade de representante legal de (1)... **(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)**, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... **(designação ou referência ao procedimento em causa)** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
  - a. ...
  - b. ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(Redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, com entrada em vigor a 20 de junho de 2021)

---

<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

## **ANEXO II**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>5</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário (a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>6</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>7</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada<sup>8</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura<sup>9</sup>].

(Redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, com entrada em vigor a 20 de junho de 2021)

---

<sup>5</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>6</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

<sup>7</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>8</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

<sup>9</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.